

Comando da PM justifica segurança fora das ruas

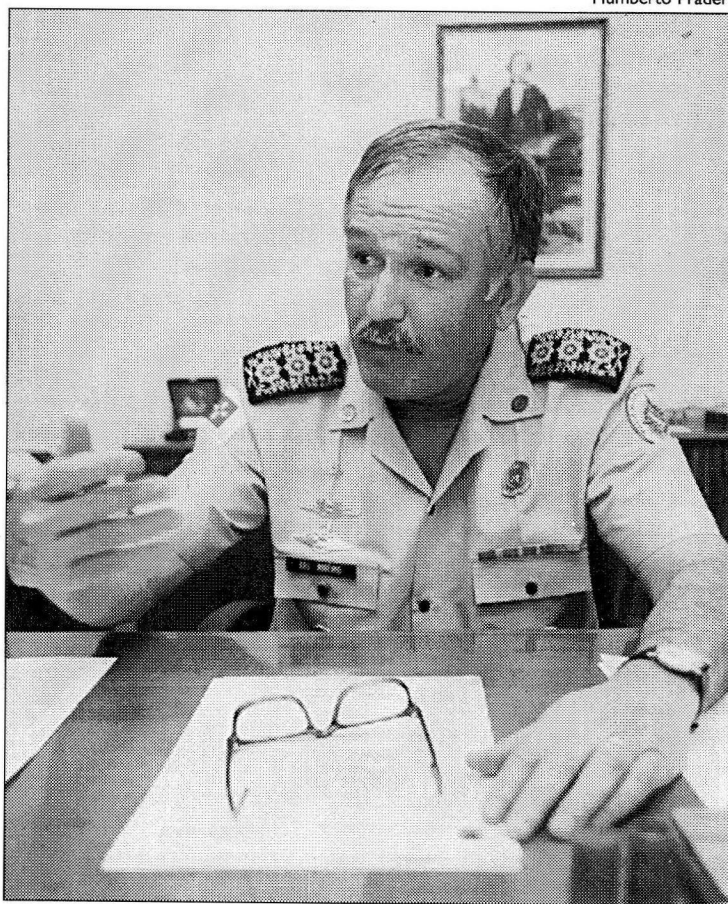
A população do Distrito Federal vive o drama da falta de segurança. Apesar das tentativas do governo para solucionar o problema, são muitos os obstáculos enfrentados na luta pela diminuição da violência urbana. As autoridades de segurança pública alegam, entre outros motivos, que não dispõem policiais em número suficiente para implementar todas as ações necessárias para coibir a escalada da insegurança.

No entanto, mesmo com um efetivo considerado pequeno, vários policiais militares deixam de atuar em locais reconhecidamente perigosos para fazer a segurança de alguns prédios públicos, residências de políticos e até mesmo de cartórios, que, por serem empresas privadas, deveriam possuir um vigilância particular e pagar por este serviço. Isso tudo acontecendo justamente no momento em que o batalhão escolar está carente de pessoal para atender, por exemplo, todos os centros educacionais, que, a cada dia, vêm registrando casos de violência entre os estudantes.

O comandante-geral da Polícia Militar, coronel Antônio Ribeiro, garante que a corporação não está fazendo vigilância particular. No caso da segurança prestada em imóveis do Congresso Nacional, como vem acontecendo no depósito da Câmara localizado no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA), e nos locais onde residem deputados federais e senadores, o comandante justifica a atividade como sendo uma

O comandante-geral da Polícia Militar, Antônio Ribeiro, explica que Brasília precisa de um policiamento diferenciado

Humberto Pradera



Coronel Ribeiro: "Somos obrigados a fazer esse trabalho"

obrigação do policiamento.

"Brasília é uma cidade diferente das demais. Aqui fica a sede dos três poderes da República. Somos obrigados a fazer esse trabalho de segurança", afirma. O coronel Ribeiro disse ainda que todas as representações diplomáticas instaladas na Capital Federal também gozam do direito de terem

policiais militares zelando pela segurança de suas áreas. "É, inclusive, uma das determinações da convenção de Genebra. Não podemos deixar de atender", explica.

Em relação à vigilância feita pelos PMs nos cartórios, o comandante explicou que o trabalho começou a ser feito no ano passado porque os proprie-

tários dessas empresas reclamaram que esses locais estavam se tornando alvos preferenciais dos assaltantes. "Como foi muito bem-sucedido o nosso trabalho junto aos bancos, onde conseguimos reduzir drasticamente o número de assaltos graças ao policiamento ostensivo nas agências, decidimos deslocar alguns policiais para atender também a esses estabelecimentos", informa.

Ainda segundo o comandante, os policiais militares não ficam restritos somente ao atendimento aos cartórios, mas em todas as áreas próximas. "Constatamos que os cartórios recebem pessoas mal intencionadas que não respeitam os vigilantes particulares e, como foi solicitada a nossa ajuda, não poderíamos deixar de atender", assinala.

A Polícia Militar também possui convênios com algumas entidades como o Tribunal de Contas, Universidade de Brasília (UnB) e a Câmara dos Deputados. Os conveniados recebem um atendimento especial e dispõem de policiais para sua segurança. O dinheiro desses convênios é revertido para a compra de viaturas, remédios, coletes à prova de balas, entre outros. O comandante-geral da PM revelou que a quantidade de policiais destinada para atender os prédios públicos, cartórios e residências de políticos é pequena e não interfere no andamento das atividades da corporação. "Não atrapalha em nada", garantiu.

RICARDO CINTRA

Repórter do JORNAL DE BRASÍLIA